

Revista Brasileira de Educação do Campo

The Brazilian Scientific Journal of Rural Education

ARTIGO/ARTICLE/ARTÍCULO

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e5871>



A rede escolar nas comunidades rurais assentadas, quilombolas e indígenas do Tocantins

Alexsandro Silvestre da Rocha¹, Regina Lelis de Souza², Denisia Brito Soares³, Nilo Maurício Sotomayor Choque⁴, Liliana Yolanda Ancalla Dávila⁵, Shirlei Nabarrete Desidério⁶, Érica Cupertino Gomes⁷

^{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7} Universidade Federal do Tocantins - UFT. Departamento de Física. Avenida Paraguai, s/nº, Setor Cimba. Araguaína - TO. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: alexsandro@uft.edu.br

RESUMO. Sob os holofotes como o mais novo estado da federação o Tocantins carrega as mazelas brasileiras, como as carências em vários serviços públicos prestados à população. A educação não é uma exceção e faz parte desta lacuna, com falta de unidades escolares, professores, formação acadêmica adequada, estrutura escolar de qualidade, entre tantos outros. Quando se trata da educação no campo esses problemas se tornam mais latentes. Este trabalho teve por objetivo investigar as principais características da situação educacional das três grandes Comunidades Sociais Rurais do Tocantins, os Assentamentos Rurais, as Áreas Remanescentes de Quilombos e as Terras Indígenas por meio de uma análise quantitativa de dados disponíveis pelas agências governamentais. Mostrou-se que a oferta de educação básica nessas comunidades é heterogênea quanto ao quantitativo de escolas e de níveis escolares ofertados e está, em sua totalidade, a cargo dos governos estadual e municipais. Identificou-se que as Áreas Remanescentes de Quilombos não contam com oferta de ensino médio.

Palavras-chave: Quilombolas, Assentamentos, Terras Indígenas, Unidades Escolares.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 5	e5871	10.20873/uft.rbec.e5871	2020	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	-------	-------------------------	------	-----------------



The school network in the rural seated communities, quilombolas and indigenous peoples of Tocantins

ABSTRACT. Under the spotlight as the newest state of the federation, the Tocantins carries the Brazilian malaise, like the deficiencies in several public services rendered to the population. Education is no exception and is part of this gap, with a lack of school units, teachers, adequate academic training, quality school structure, among many others. When it comes to education in the countryside, those problems become more latent. The objective of this work was to investigate the main characteristics of the educational situation of the three large rural social communities of Tocantins, the Rural Settlements, the Remnant Areas of Quilombos and the Indigenous Lands, through a quantitative analysis of data available from government agencies. It has been shown that the supply of basic education in these communities is heterogeneous in terms of the number of schools and school levels offered and is, in its entirety, borne by the state and municipal governments. It was identified that the Remnant Areas of Quilombos do not count on offer of secondary education.

Keywords: Quilombolas, Settlements, Indigenous Lands, School Units.

La red escolar en las comunidades rurales asentadas, quilombolas y indígenas del Tocantins

RESUMEN. Bajo los reflectores como el más reciente estado de la federación, el Tocantins carga los principales problemas brasileños, tales como la deficiencia en los varios servicios públicos prestados a la población. La educación no es una excepción y forma parte de esta laguna, con falta de unidades escolares, profesores, formación académica adecuada, estructura escolar de calidad, entre tantos otros. Cuando se trata de la educación en el campo, estos problemas se vuelven más latentes. Este trabajo tuvo por objetivo investigar las principales características de la situación educativa de las tres grandes Comunidades Sociales Rurales de Tocantins, los Asentamientos Rurales, las Áreas Remanentes de Quilombos y las Tierras Indígenas a través de un análisis cuantitativo de datos disponibles por las agencias gubernamentales. Se mostró que la oferta de educación básica en estas comunidades es heterogénea en cuanto al cuantitativo de escuelas y de niveles escolares ofertados y está en su totalidad a cargo de los gobiernos estatal y municipal. Se identificó que las Áreas Remanentes de Quilombos no cuentan con oferta de enseñanza media.

Palabras clave: Quilombolas, Asentamientos, Tierras Indígenas, Unidades Escolares.

Introdução

O estado do Tocantins possui um território total de 277.621 km² dividido em 139 municípios (Brasil, 2018a) que abrigam 1.383.445 habitantes (Brasil, 2010), sendo 21,2% destes moradores de áreas rurais. Em termos do Produto Interno Bruto (PIB) o Tocantins é o 24º colocado na produção de receitas monetárias no país, com 28.930 milhões de reais, sendo 72,5% do PIB proveniente diretamente do campo (Tocantins, 2015), ou seja, a economia depende dos trabalhadores rurais.

Outro fator significativo para o Estado, é que com apenas 30 anos de existência (mais novo Estado da federação), os dados do censo demográfico (Brasil, 2010) mostram que ele atingiu o 14º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas a renda média domiciliar (R\$ 937,00) ainda é inferior ao salário mínimo brasileiro.

O Tocantins, essencialmente rural, tem três grandes Comunidades Sociais Rurais (CSR) distribuídas pelo estado (assentados, indígenas e quilombolas), totalizando 493 comunidades. Neste total não se incluiu as terras demarcadas, mas apenas as aldeias indígenas. Os Assentamentos Rurais (AR) compõem 76,7% deste total de comunidades, as Áreas Remanescentes de Quilombos (ARQ) equivalem a 6,7% e as Terras

Indígenas (TI) correspondem a 16,6% destas CSR.

Em termos educacionais, os números de unidades escolares que ofertam Ensino Médio não trazem destaque para o Estado. A melhor colocação corresponde ao 21º lugar (quanto números de escola do Ensino Médio) entre os 27 estados da federação (Brasil, 2010). Na última avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015), apenas os alunos do 4º e 5º anos do ensino fundamental atingiram a meta estipulada, as demais séries avaliadas estão distantes desse objetivo. A avaliação educacional realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes coloca o estado do Tocantins entre as últimas posições no território nacional (PISA, 2015).

No campo, a educação enfrenta as maiores dificuldades. O número reduzido de unidades escolares de Ensino Médio (Rocha *et al.*, 2018) força os alunos a procurarem as cidades para continuar sua educação e, ao fazerem isso encontram dificuldades financeiras, culturais, de transporte e de aprendizado (Nunes, 2014). A educação no meio rural sempre foi um desafio, os primeiros indícios remontam ao século XIX (Rangel & Carmo, 2011), com maior visibilidade nos anos cinquenta, por

meio da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), influenciada pelos Norte-Americanos (Barreiro, 2010), bem como a criação do Serviço Social Rural (SSR), que incentivava as pessoas a se organizarem em cooperativas (Calazans, 1993).

No meio rural, o estado do Tocantins possui 564 escolas para atender 46.276 alunos (Rocha *et al.*, 2018), sendo que 213 dessas atendem às CSR (Tocantins, 2017). As etapas escolares as quais se tem acesso são creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, ensino médio integrado (médio profissional), ensino médio magistério, ensino médio não seriado e ensino de jovens e adultos (fundamental e médio).

A temática Educação direcionada para as Comunidades Sociais Rurais, especialmente AR, ARQ e TI, vem sendo objeto de pesquisa e debates acadêmicos e governamental no país. É possível encontrar vasta quantidade de literatura sobre o tema. Artigos publicados em revistas indexadas, teses e monografias evidenciam tratarem-se de um campo de investigação bem estabelecido e ativo. Metodologia pedagógica, evasão escolar e educação de adultos (Rodrigues & Bentes, 2018), infraestrutura das unidades escolares e arquitetura (Zanin, Silva & Cristofoli, 2018), o currículo e a prática docente em escolas do campo (Almeida &

Silva, 2016; Camargo & Albuquerque, 2003) e análises da produtividade e objetos de pesquisas relativas à educação para CSR (Maroldi *et al.*, 2018) constituem alguns exemplos de temática investigativa. A fim de compreender os modos e formas que as comunidades Quilombolas incorporam as escolas, em 2016, Santana e colaboradores analisaram os trabalhos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) (Santana *et al.*, 2016). A importância de se considerar a oferta de Educação Especial ao se implantar escolas nas ARQ também tem sido discutida (Mantovani & Gonçalves, 2017). Especificamente, a educação quilombola é analisada ainda em vários outros estudos (Cardoso, 2011; Ribeiro & Pereira, 2016; Miranda, 2016). As escolas emergenciais que acompanham os movimentos sociais em assentamentos e os primórdios da educação dessas CSR foram debatidas por Oliveira e Brandão (2016). Finokiet *et al.* (2015) discutem a contribuição da Educação do Campo na valorização de assentados. Pierro e Andrade (2009) debatem a escolarização em assentamentos no estado de São Paulo e Nogueira (2009) no município de Cruz do Espírito Santo-PB. Em Terras Indígenas, os habitantes têm o direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural,

bilíngüe/multilíngüe e comunitária (Brasil, 2018a), devendo considerar os “índios como uma categoria social em processo de extinção e passam a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com seus costumes, crenças e direitos preservados” (Oliveira, 2017). Considerando-se, por exemplo, que as primeiras escolas brasileiras remontam ao descobrimento do país, quando os padres jesuítas, interessados em suas missas, ensinavam as crianças indígenas a falar português, ler, escrever e contar (Moreau, 2003), resta incontestável que as primeiras escolas implantadas no Brasil nada mais eram que escolas indígenas. As análises corroboram, portanto, com interdisciplinaridade, pujança e pluralidade dos debates científicos acerca da educação em CSR.

Deve ser enfatizado que a educação é considerada um direito na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2009), artigo 26, que diz:

1 - Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2 - A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou

religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3 - Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

A Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988) também garante a todos os cidadãos brasileiros (nascidos ou naturalizados) o direito à educação (Artigo 6º) e compete à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, proporcionar meios de acesso a esse direito (Artigo 23º, inciso V), além de estipular competências e regras para isso. Portanto, conhecer a região onde vivemos é imperativo para o desenvolvimento social e a educação é parte fundamental desse processo. Tendo por base essas ideias, este trabalho compila, mapeia e analisa os dados do censo escolar do TO de 2017 (Tocantins, 2017) relativos às escolas localizadas nos Assentamentos Rurais, Terras Indígenas e nas Áreas Remanescentes de Quilombos, objetivando obter as principais características da educação básica ofertada aos membros desses grupos sociais.

Descrição das CSR Tocantinenses

O Tocantins é composto por uma população étnico/multicultural, proveniente de diversas localidades do Brasil e do Mundo. Assim sendo, as comunidades rurais também englobam esse perfil e, em

geral, são compostas de pessoas nativas e aquelas que vieram para o estado em busca de novas oportunidades.

Faz parte deste escopo ético/multicultural rural tocantinense três grandes grupos divididos em Assentamentos Rurais, Áreas Remanescentes de Quilombos e as Terras Indígenas, como segue:

1 - Assentamentos: segundo o INCRA,

Basicamente, o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. (Brasil, 2018b).

Este é o maior grupo rural do Tocantins e está dividido em 378 comunidades ao longo de todas as regiões do estado, a maioria criada na década de 90 e início de 2000 (Brasil, 2018c). Atualmente os Assentamentos Rurais estão presentes em 101 municípios, ou seja, ocorrem em 72,66% dos distritos do Estado. Ao todo, essas comunidades reúnem 23.405 famílias em uma área aproximada de 12.416 km². Os primeiros assentamentos rurais do Tocantins surgiram na década de 1980, nas cidades de Palmas e Monte do Carmo, e são

denominados São João e Amarrio, respectivamente (Brasil, 2018c).

2 - Quilombolas: o INCRA, por meio do Decreto nº 4.887/03 (Brasil, 2003), é a autarquia competente para implementar as áreas quilombolas. De acordo com seu entendimento,

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se auto definem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. (Brasil, 2018c).

Estima-se que em todo território nacional existam mais de três mil comunidades quilombolas. No Tocantins, as comunidades rurais baseadas em áreas remanescentes de quilombos somam 33, distribuídas em 25 municípios (Brasil, 2018c). A primeira comunidade Quilombola (Barra do Aroeira) foi instituída em Santa Teresa em meados dos anos 2000 (Brasil, 2018c). Há no Tocantins uma peculiaridade interessante: o Estado possui nove comunidades quilombolas que são consideradas áreas urbanas e, portanto, não computadas nesta pesquisa.

3 - Indígenas: os dados sobre a população indígena tocantinense podem ser encontrados em documentos oficiais da

Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria da Educação, Juventude e Esporte do Tocantins (SEDUC), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), entre outros, e sofrem variações. Tendo em vista que o presente trabalho tem como escopo informações educacionais, optou-se pelos dados da Secretaria da Educação. De acordo com a SEDUC (Tocantins, 2016), o Estado possui aproximadamente 13.171 indígenas das seguintes etnias: Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô Kanela, Apinajé e Avá Canoeiros. Esta população forma uma rede de aldeias distribuídas em 16 municípios tocaninenses. São eles: Maurilândia do Tocantins, Itaguatins, Cachoeirinha, São Bento do Tocantins, Tocantinópolis, Tocantínia, Lagoa da Confusão, Pium, Formoso do Araguaia, Sandolândia, Goiatins, Itacajá, Araguacema, Santa Maria do Tocantins e Santa Fé do Araguaia (Brasil, 2018a). Ainda de acordo com os dados oficiais (Brasil, 2018a), o estado dispõe de 25.805 km² de terras indígenas regularizadas e declaradas, ou seja, aproximadamente 9,3% do território estadual são destinados a atender essa comunidade. A regularização das terras segue a legislação brasileira (Brasil, 1996).

Metodologia

A metodologia empregada neste trabalho tem como propósito compilar, apresentar e discutir dados educacionais do Tocantins focando na estrutura educativa destinada a atender os Assentamentos Rurais, Terras Indígenas e as Áreas Remanescentes de Quilombos (CSR). Geralmente os dados são apresentados de maneira dispersa, com pouca ou nenhuma correlação entre eles.

Para tanto, optou-se por investigar as informações disponibilizadas pelas agências governamentais, como a Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (Tocantins, 2017), a Fundação Nacional do Índio (Brasil, 2018a), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil, 2010, 2017) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Brasil, 2018c). Dentre os dados disponibilizados por essas instituições, buscou-se a estimativa populacional, quantitativo de escolas, alunos atendidos, localização geográfica das comunidades, classificação dos alunos matriculados por séries, entre outros.

Os dados foram separados por grupos (AR, ARQ e TI), tabelados e graficados por meio de programa computacional específico, para serem, posteriormente, avaliados e discutidos. O grupo de interesse era aquele composto por estudantes regularmente matriculados em

todas as séries oferecidas pelas escolas rurais presentes nas comunidades alvo. O intuito desta pesquisa foi diagnosticar as deficiências no atendimento educacional voltado às comunidades rurais, que são estritamente dependentes do poder público, devido ao perfil sociocultural que as cercam. As análises foram exclusivamente quantitativas, uma vez que expor esses dados agrega valor às discussões sobre o tema.

Resultados e Discussão

As informações disponibilizadas pela SEDUC (Tocantins, 2017) foram

estudadas, separadas e graficadas para produzir dados concisos para interpretação. Foi necessário separar as informações relativas às Comunidades Sociais Rurais do Tocantins e os resultados são apresentados nesta seção. Iniciamos as discussões com os dados compilados na Tabela 01, que contém o número de comunidades provenientes dos Assentamentos Rurais, os Quilombolas e Indígenas.

Tabela 01: Número de Assentamentos Rurais, Áreas Remanescentes de Quilombos e as Terras Indígenas no estado do TO.

	Assentamentos Rurais	Áreas Remanescentes de Quilombos	Terras Indígenas
Quantitativo	378	33	10

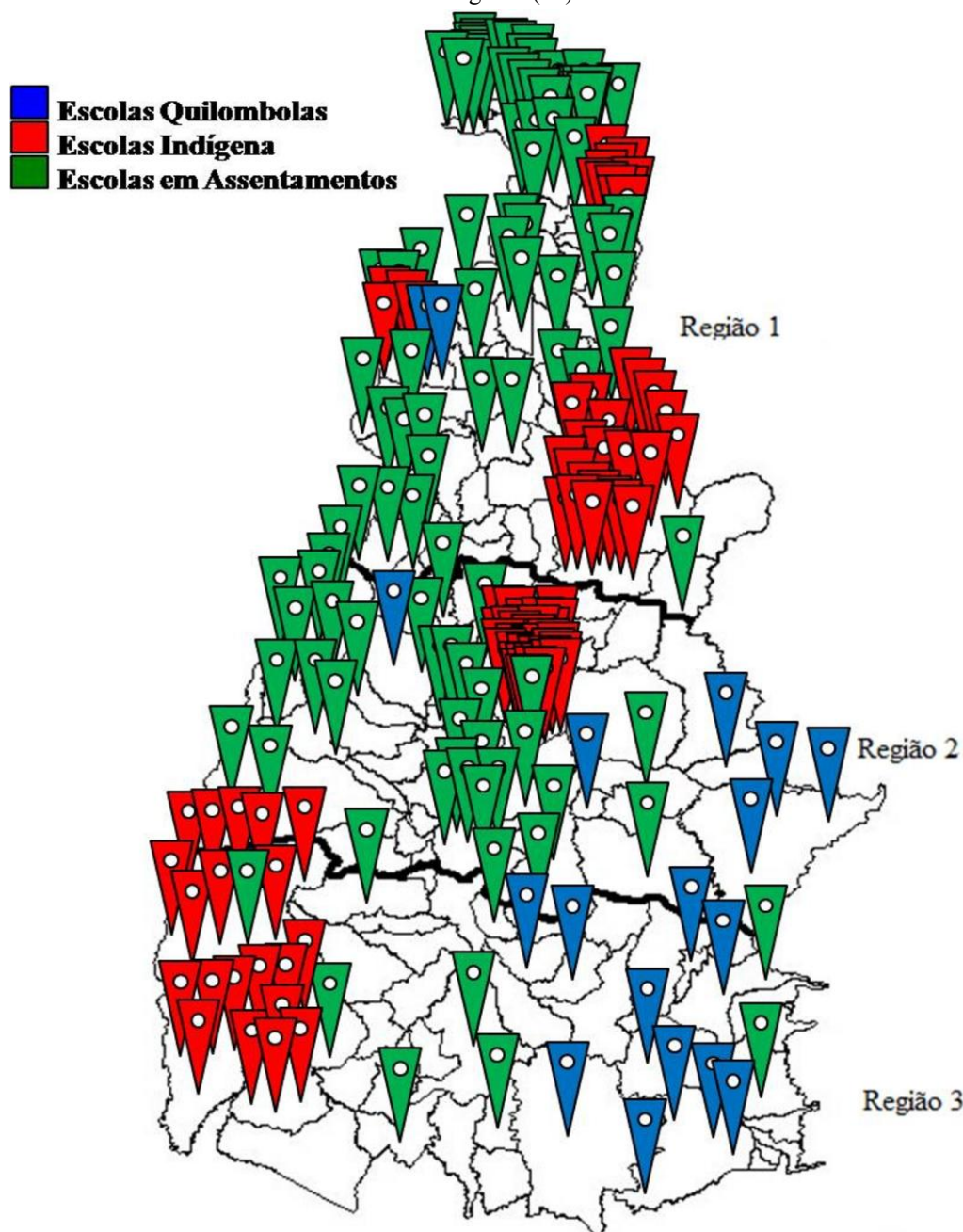
Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

Os dados da Tabela 01 evidenciam que os assentamentos rurais compõem a maior CSR do Tocantins (378) e que as comunidades quilombolas formam apenas 33 grupos sociais. Além desses números, é interesse para os propósitos do trabalho a análise dos dados educacionais dessas comunidades. Apresenta-se na Figura 01, um mapa do estado do Tocantins contendo a distribuição de unidades escolares (da CSR) pelo seu território. Ressalta-se que as escolas foram separadas em unidades

localizadas em assentamentos, em terras quilombolas ou em áreas indígenas. A identificação no mapa é indicada por símbolos de cores distintas. Esse mapa evidencia de forma contundente a distribuição das CRS pelo Estado. Para facilitar a interpretação, dividimos o mapa do Tocantins em três regiões rotuladas como Região 1, 2 e 3 para referenciar o Norte, Centro e Sul do território estadual, respectivamente. Percebe-se que a Região 1 (Norte) concentra a maioria das escolas

rurais nos assentamentos bem como as indígenas e a maior quantidade de escolas quilombolas estão localizadas na Região 3 (Sul).

Figura 01. Mapa do Tocantins dividido em três regiões e com identificação das cidades que possuem escolas (todas as séries) em Assentamentos Rurais (▼), em Áreas Remanescentes de Quilombos (▼) e em Terras Indígenas (▼).

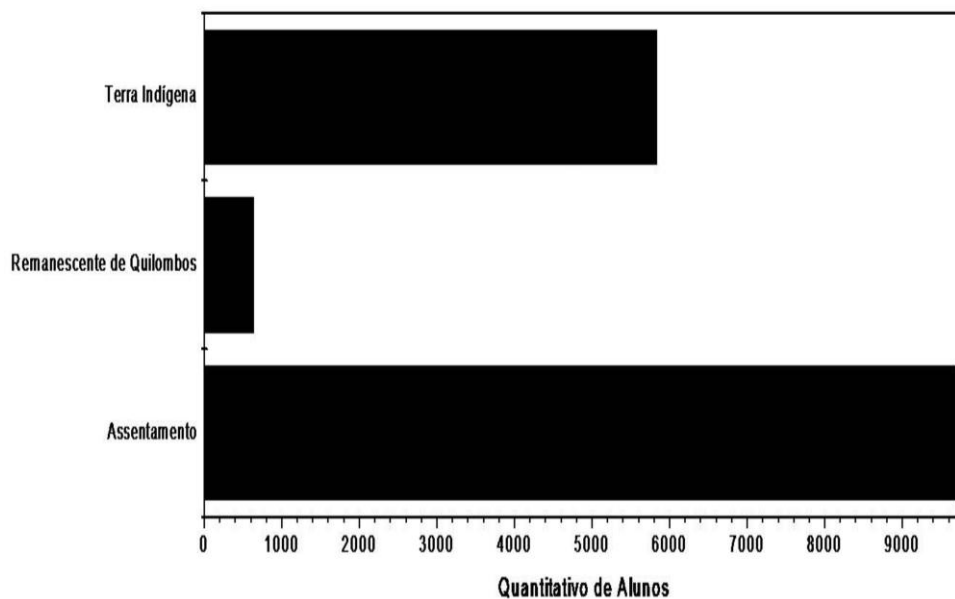


Fonte: NerdProfessor (2017), adaptado pelos autores.

Uma peculiaridade destas comunidades é que todas as CSR são atendidas educacionalmente somente pelo poder governamental, dispondo de unidades escolares que atendem a 16.120 alunos integrantes destas localidades (Tocantins, 2017). A Figura 02 contém

dados relativos à distribuição dos estudantes para estes diferentes grupos que compõem as CSR. Esclarece-se que consta nesta figura apenas o quantitativo de estudantes atendidos em escolas nas suas respectivas comunidades (AR, TI e ARQ).

Figura 02: O quantitativo de alunos (todas as séries) para Assentamentos Rurais, Terras Indígenas e as Áreas Remanescentes de Quilombos.

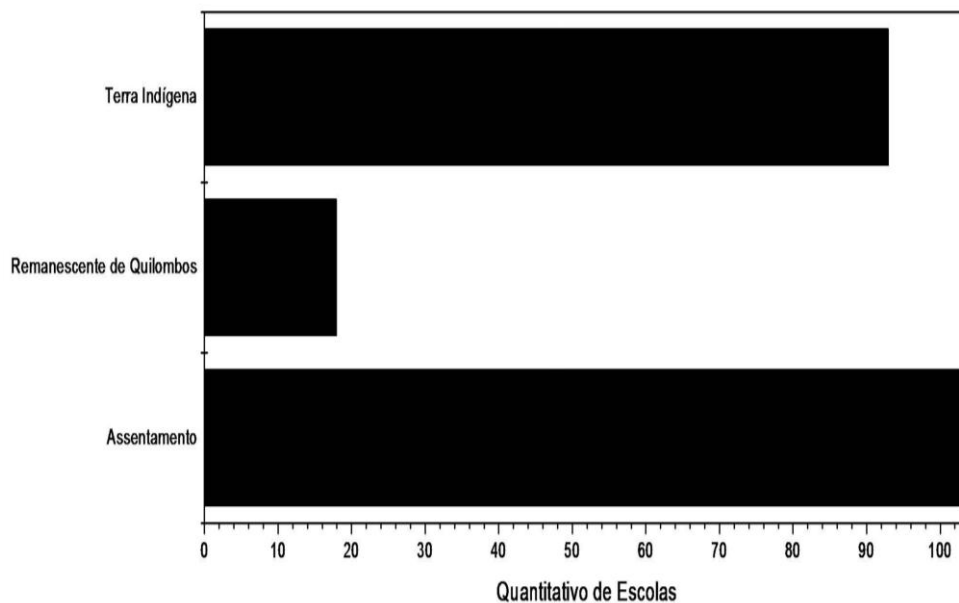


Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

De acordo com os dados disponibilizados pela SEDUC (Tocantins, 2017), os assentamentos possuem um maior quantitativo de estudantes (9.699), seguido por 5.835 alunos indígenas e 586 quilombolas (ver Figura 02). Os números são coerentes com o quantitativo de CSR (ver Tabela 01). Entretanto, existe uma discrepância entre a quantidade de escolas disponibilizadas aos indígenas e aos assentados, conforme dados apresentados

na Figura 03, e referentes ao quantitativo de escolas nas áreas de Assentamentos, Remanescente de Quilombos e Terras Indígenas.

Figura 03: Número de escolas (todas as séries) localizadas em cada uma das comunidades rurais (localidades indígenas, quilombolas e assentamentos) que compõem a CSR de interesse neste estudo.



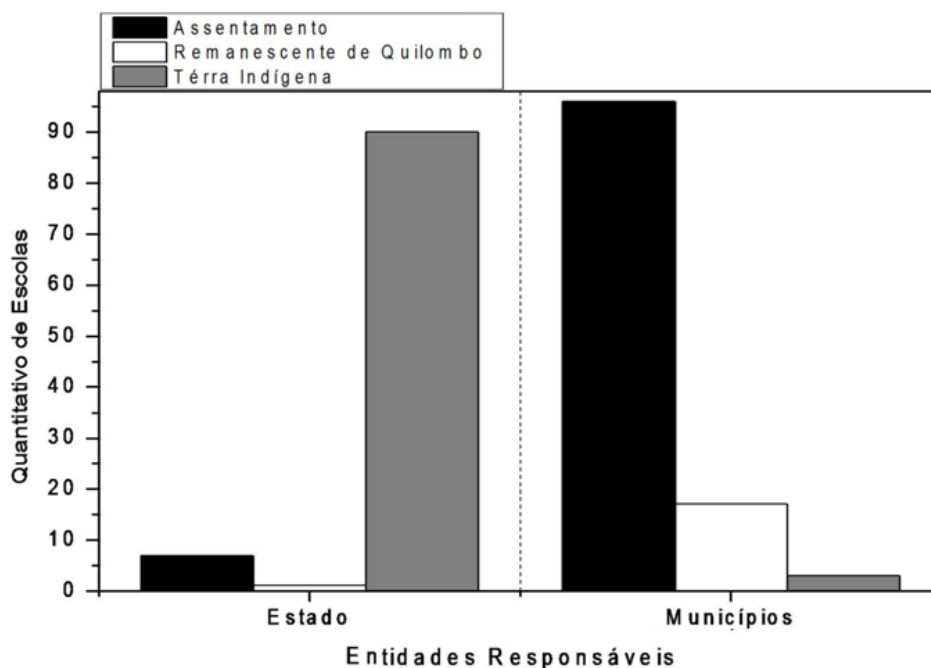
Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

A apresentação dos dados de forma graficada (Figura 03) ilustra o quantitativo de unidades escolares nas distintas comunidades. Os indígenas são atendidos com 93 escolas em suas aldeias, e nos Assentamentos Rurais do Tocantins, são disponibilizadas 103 escolas. Nas Áreas Remanescentes de Quilombo, 17 unidades escolares atendem as comunidades. Ao analisar o cenário evidenciado pelos dados da Figura 04, deve-se considerar que as comunidades AR e ARQ têm como principal fonte de subsistência as atividades rurais e as crianças são mãos de obra importantes nessas culturas (Rede Peteca, 2017). Portanto, a ausência de escolas nesses locais força as crianças

destas comunidades (AR e ARQ) a procurarem educação na cidade mais próxima ou contribui para a evasão escolar, uma grave consequência dessa assimetria na disponibilização de unidades escolares. Importante destacar que manter os estudantes em suas comunidades de origem é fundamental para manutenção e sobrevivência da cultura local.

Outra informação significativa é relativa ao poder governamental que administra as escolas para cada grupo. A Figura 04 apresenta estes dados.

Figura 04: Quantitativo de escolas (todas as séries) existentes nos grupos investigados (AR, ARQ e TI) em função da entidade governamental que as regem.



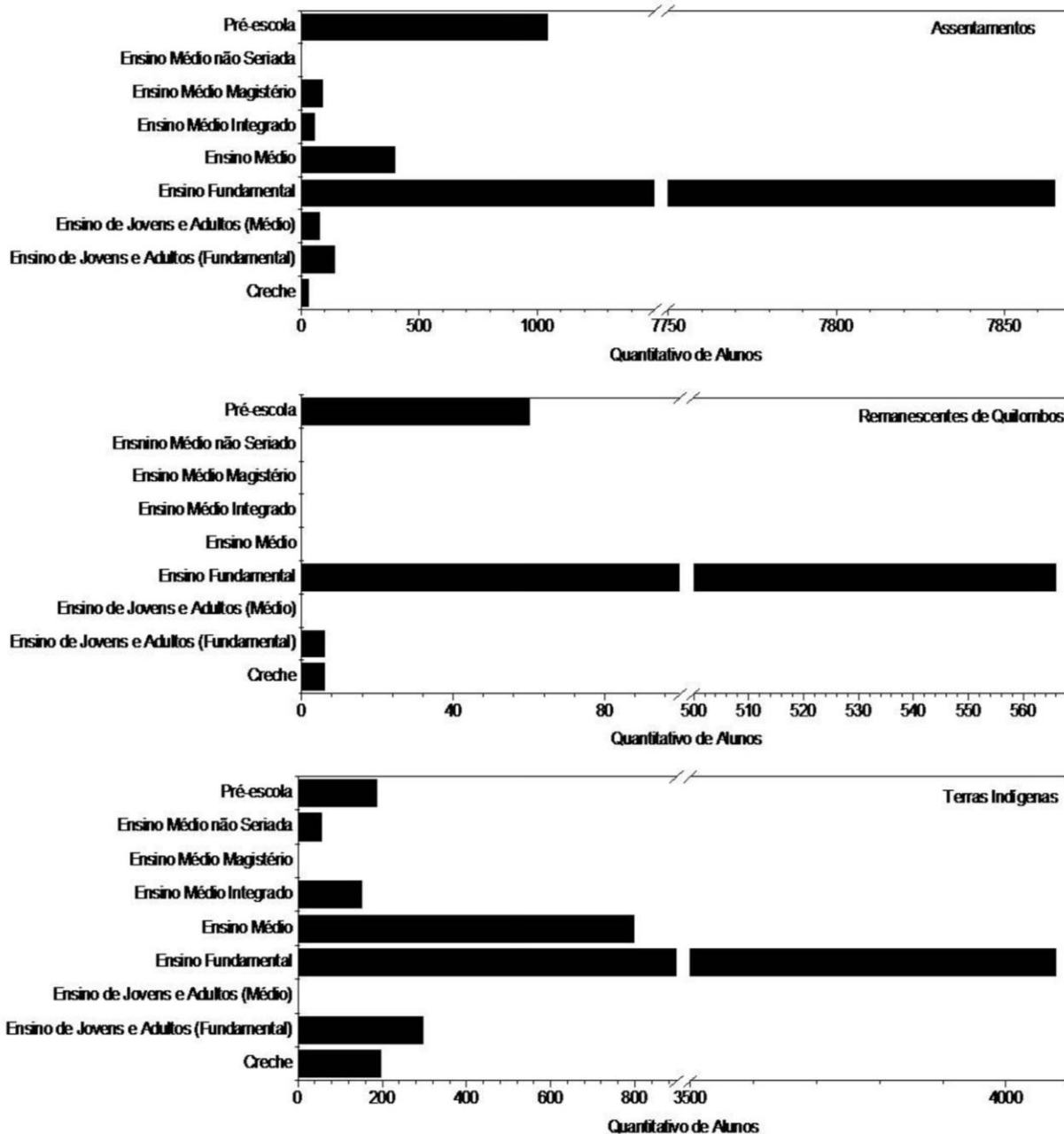
Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

É nítida a ausência direta do poder público federal no processo de ensino-aprendizagem das crianças indígenas, quilombolas ou assentadas. Aparentemente, essa situação é reflexo da importância e prioridade deste poder, que está concentrada essencialmente no ensino superior e profissionalizante, conforme definido na Constituição Federal. O governo estadual e os governos municipais são os grandes patrocinadores do ensino ofertado para essas comunidades. Os municípios atuam fortemente nas comunidades assentadas e nas Áreas Remanescentes de Quilombos; já o governo estadual investe nas Terras Indígenas. Os dados oficiais indicam que

das 93 escolas “indígenas” apenas 3 são municipais (Tocantins, 2017).

Continuando com as análises relativas às escolas das CSR, apresentam-se, na Figura 05, dados referentes ao número de alunos regularmente matriculados em cada uma das diferentes fases da educação básica nas unidades escolares que atendem aos AR, aos ARQ e às TI. As fases listadas estão classificadas como creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, ensino médio integrado, ensino médio magistério, ensino médio não seriado e ensino de jovens e adultos (fundamental e médio).

Figura 05 - Número de estudantes atendidos em suas comunidades (AR, ARQ e TI), relacionando-os em cada etapa do ensino básico. Os gráficos possuem uma quebra para facilitar a observação.



Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

Optou-se em dispor três gráficos em conjunto (Figura 05) para facilitar a comparação dos dados compilados. Em todas as comunidades, o ensino fundamental é o grande detentor de alunos, chegando a 81%, 89,6% e 69,9% do total

nos AR, nos ARQ e em TI, respectivamente. Nos assentamentos e nas comunidades quilombolas, a pré-escola é a segunda fase com o maior número de alunos matriculados e está em contraste com o observado para as comunidades

indígenas, nas quais o ensino médio toma essa posição. Note-se ainda que a análise dos dados também mostra que as Áreas Remanescentes de Quilombos formam o grupo menos favorecido. Basicamente são atendidas por unidades escolares do ensino fundamental e nenhum jovem quilombola tem acesso ao ensino médio dentro de suas comunidades. Assim sendo, após concluir o ensino fundamental, estes adolescentes

precisam procurar educação escolar nas cidades mais próximas, ou simplesmente param de estudar, o que acarreta prejuízos irreparáveis às suas possíveis ascensões sociais.

Resumimos, na Tabela 02, os dados graficados na Figura 05, mas com valores de porcentagem correspondentes a cada uma das fases da educação básica.

Tabela 02 - Resumo das informações mostradas na Figura 05 sobre quantitativo de alunos matriculados em diferentes fases do ensino para as comunidades AR, ARQ e TI.

	Assentamentos Rurais (AR)	Áreas Remanescentes de Quilombos (ARQ)	Terras Indígenas (TI)
Total	9.699	586	5.835
Ensino Fundamental	81%	89,6%	69,9%
Ensino Médio	5,6%	0%	17,2%
Creche + Pré-escola	11%	9,4%	6,6%
EJA	2,4%	1%	6,3%

Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

Está evidente que a educação oferecida às CSR é basicamente em nível fundamental (até o 9º ano), portanto, o investimento e esforços governamentais para atender essas populações necessitam ser ampliados, pois ao criar tais comunidades as autarquias responsáveis deveriam realizar estudos de impactos sociais, para que a estrutura educacional seja completa. As análises evidenciam um desequilíbrio na oferta da educação básica para essas comunidades. A importância deste mapeamento é exortar os administradores públicos a corrigirem as distorções.

Conclusão

Apresentou-se uma análise quantitativa acerca do atendimento educacional para as maiores Comunidades Sociais Rurais do Tocantins (Assentamentos Rurais, Áreas Remanescentes de Quilombos e Terras Indígenas). Fez-se coleta dos dados divulgados por órgãos públicos oficiais, e essas informações, relativas ao quantitativo de escolas, ao número de alunos regularmente matriculados e ao nível ou fase escolar, foram tratadas quantitativamente, expostas em forma de gráficos, de tabelas, foram analisadas e interpretadas.

Os resultados mostraram a ausência direta do governo federal no processo de ensino-aprendizagem dos indígenas, quilombolas e assentados. Essa constatação não é surpreendente, pois, pela Constituição Federal a União é responsável pelo ensino superior e técnico e a educação básica fica sob total responsabilidade dos estados e municípios. Identificou-se que o governo estadual é o grande provedor das escolas nas terras indígenas; já os alunos quilombolas e dos assentamentos são atendidos majoritariamente pelos municípios, tendo em vista as especificidades culturais destas comunidades.

Outra informação relevante apontou que a grande maioria dos estudantes (mais de 70%) está matriculada em séries do ensino fundamental, e apenas uma pequena parcela dos estudantes matriculados (chegando a 17% para os indígenas) têm acesso ao ensino médio na própria comunidade. Uma grave constatação é a inexistência de unidades escolares que ofertem estas séries aos quilombolas.

Ainda tendo por base as análises quantitativas realizadas neste artigo, pode-se afirmar que as comunidades AR, TI e ARQ são atendidas no que tange a educação, o que não significa educação de qualidade, pois as informações analisadas mostram deficiências educacionais

relativas ao atendimento completo (ciclo completo de ensino) e número insuficiente de escolas.

É imperativo que as comunidades rurais também recebam os serviços públicos oferecidos à população urbana, pois constitucionalmente todos os cidadãos brasileiros devem ser equalizados com uma estrutura governamental isonômica. Não obstante, para as comunidades estudadas (assentados, quilombolas e indígenas), essa isonomia não é alcançada. É importante que haja esforço público para reverter esse quadro, principalmente porque não é raro que os membros destas CSR sejam vítimas de algum tipo de marginalização e, eventualmente, sejam tratados erroneamente como desocupados e invasores. Os moradores dessas localidades são trabalhadores rurais inseridos na estrutura econômica do Tocantins (72% do PIB estão relacionados a atividades rurais), portanto, a implementação de políticas educacionais mais eficientes focando essas comunidades não podem ser desprezadas.

Referências

- Almeida, P. F., & Silva, R. F. (2016). A Escola e o Currículo para Formar “Guerreiros(as)” Pankará: Prática Docente e Sentidos Emergentes. *Revista Cronos*, 17(2), 45-56.
- Barreiro, I. M. F. (2010). *Política de Educação no Campo: para Além da Alfabetização (1952-1963)*. São Paulo:

Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1996). Decreto N° 1.775, de Janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm

Brasil. (2003). Decreto N° 4.887, de 20 de Novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

Brasil. (2018a). Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Recuperado de: <http://www.funai.gov.br/>

Brasil. (2018b). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Recuperado de: <http://www.incra.gov.br/assentamento>

Brasil. (2018c). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Recuperado de: <http://www.incra.gov.br/>

Brasil. (2010). *Censo Populacional*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recuperado de: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>

Brasil. (2017). *Dados estatísticos do Tocantins*. Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE). Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to>

Calazans, M. J. C. (1993). Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural. In Damasceno, M., & Therrien, J. (Org.). *Educação e Escola no Campo* (pp. 15-40). Campinas, SP: Papirus.

Cardoso, A. O. (2011). *A Temática Quilombola no Banco de Teses da CAPES: Mapeamento Preliminar*. Relatório Anual do projeto PIBITI/CNPq. Departamento de Educação / PUC-Rio.

Camargo, D. M. P., & Albuquerque, J. G. (2003). Projeto Pedagógico Xavante: Tensões e Rupturas na Intensidade da Construção Curricular. *Cadernos Cedes*, 23(61), 338-366. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622003006100006>

Finokiet, M., Conti, I. L., Bazotti, A., & Machado, C. J. B. (2015). Educação do Campo em Assentamentos da Reforma Agrária. *Retratos de Assentamentos*, 18(2), 241-261.

INEP. (2015). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados>

Mantovani, J. V., & Gonçalves, T. G. G. L. (2017). A educação Especial nas Escolas em Áreas Remanescentes de Quilombos: a Realidade Mostrada pelos Indicadores Educacionais. *Revista Educação e Emancipação*, 10(2), 11-30. <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v10n2p11-30>

Maroldi, A. M., Lima, L. F. M., Hayashi, C. R. M., & Hayashi, M. C. P. I. (2018). O que revelam os artigos citados nas teses e dissertações em educação indígena? *Série-Estudos*, 23(48), 61-89.

<http://dx.doi.org/10.20435/serie-estudos.v23i48.1090>

Miranda, S. A. (2016). Dilemas do Reconhecimento: A Escola Quilombola “Que vi de Perto”. *Revista da ABPN*, 8(1), 68-89.

Moreau, F. E. (2003). *Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta*. São Paulo, SP: Editora Annablume.

NerdProfessor. (2017). Mapas Municípios do Tocantins para Colorir. Recuperado de: <https://www.nerdprofessor.com.br/mapas-do-tocantins-microrregioes-municipios-tocantis/>

Nogueira, A. P. F. (2009). Escolas do Campo e Formação Territorial dos Assentamentos de Reforma Agrária do Município de Cruz do Espírito Santo-PB. *OKARA: Geografia em Debate*, 3(1), 213-222.

Nunes, R. B. (2014). Realidade Escolar dos Alunos do Meio Rural do Município de Dom Feliciano/RS. *Anais do X ANPED SUL*, Florianópolis, SC.

Oliveira, E. (2017). *Educação Indígena. Infoescola, Navegando e Aprendendo*. Recuperado de: <https://www.infoescola.com/educacao/educacao-indigena/>

Oliveira, J. N., & Brandão, E. C. (2016). Das Escolas de Emergência à Educação do Campo no Assentamento Pontal do Tigre, em Querência do Norte-PR. *Anais do II Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar.*, Paraná. Recuperado de: <http://www.fecilcam.br/eventos/index.php/eaic/iieaic/paper/view/3831/1251>

ONU. (2009). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organizações das Nações Unidas. Recuperado de: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>

Pierro, M. C., & Andrade, M. R. (2009). Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004. *Revista Brasileira de Educação*, 14(41), 246-391. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000200004>

PISA. (2015). Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Recuperado de: <http://portal.inep.gov.br/pisa>

Rangel, M., & Carmo, R. B. (2011). Da Educação Rural à Educação do Campo: Revisão Crítica. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, 20(36), 205-214.

Rede Peteca. (2017). *Trabalho de Crianças no Campo Cresce e Preocupa, Mostra Estudo da Abrinq*. Recuperado de: <http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/trabalho-de-criancas-no-campo-cresce-e-preocupa/>

Ribeiro, C. M., & Pereira, M. C. (2016). As escolas quilombolas em Goiás – retrato da escola na relação com o poder público dos anos 2000. *Polyphonía*, 27(1), 259-270. <https://doi.org/10.5216/rp.v27i1.42300>

Rocha, A. S., Sousa, R. L., Soares, D. B., Choque, N. M. S., Dávila, L. Y. A., Desidério, S. N., & Gomes, E. C. (2018). Ensino de Física para a população rural do Tocantins: desafios e problemas a serem superados. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 3(2), 359-380. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p359>

Rodrigues, I. R., & Bentes, H. V. (2018). Educação do Campo adaptando métodos pedagógicos: proposta para EJA sem evasão nas comunidades quilombolas. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 3(2), 451-472.

<https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p451>

Santana, J. V. J., Eugênio, B. G., Oliveira, N. W. S., & Pereira, C. J. (2016). A Educação Escolar Quilombola na ANPED: análise da produção do GT 21. *Educação e Relações Étnico-Raciais*, *ACENO*, 3(6), 137-158.

Tocantins. (2015). Produto Interno Bruto do Tocantins – Ótica da Produção 2015. Secretaria do Planejamento e do Orçamento do Tocantins. Recuperado de: <https://central3.to.gov.br/arquivo/379713/>

Tocantins. (2016). Povos Indígenas do Tocantins. Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esporte do Tocantins. Palmas. Recuperado de: <https://educ.to.gov.br/programas-e-projetos/programa-vamos-ler/povos-indigenas-do-tocantins/>

Tocantins. (2017). *Censo escolar 2017*. Fornecido pela Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esporte do Tocantins. Palmas.

Zanin, N. Z., Silva, I. M. M., & Cristofoli, M. S. (2018). Espaços Escolares Indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos. *Educação & Realidade*, 43(1), 201-222. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623662535>

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 06/09/2018
Aprovado em: 10/06/2019
Publicado em: 19/01/2020

Received on September 06th, 2018
Accepted on June 10th, 2019
Published on January, 19th, 2020

Contribuições no artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.


Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.


Conflict of Interest: None reported.

Orcid


Alexsandro Silvestre da Rocha

 <http://orcid.org/0000-0002-9469-6082>


Regina Lélis de Souza

 <http://orcid.org/0000-0002-7145-5147>


Denisia Brito Soares

 <http://orcid.org/0000-0002-9223-5303>


Nilo Maurício Sotomayor Choque

 <http://orcid.org/0000-0002-8952-1907>


Liliana Yolanda Ancalla Dávila

 <http://orcid.org/0000-0002-4008-2050>

Shirlei Nabarrete Desidério

 <http://orcid.org/0000-0001-6074-4093>

Érica Cupertino Gomes

 <http://orcid.org/0000-0001-5534-0887>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Rocha, A. S., Souza, R. L., Soares, D. B., Choque, N. M. S., Dávila, L. Y. A., Desidério, S. N., & Gomes, E. C. (2020). A rede escolar nas comunidades rurais assentadas, quilombolas e indígenas do Tocantins. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e5871. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e5871>

ABNT

ROCHA, A. S.; SOUZA, R. L.; SOARES, D. B.; CHOQUE, N. M. S.; DÁVILA, L. Y. A.; DESIDÉRIO, S. N.; GOMES, E. C. A rede escolar nas comunidades rurais assentadas, quilombolas e indígenas do Tocantins. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 5, e5871, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e5871>